



## **Justiça climática e transição energética justa só serão possíveis com fundamento antirracista**

A crise climática tem acentuado desigualdades históricas no Brasil. Enchentes, secas e desastres ambientais atingem de forma desproporcional as populações negras e periféricas, exatamente aquelas que menos contribuem para o problema. Por isso não é possível haver justiça climática sem antirracismo.

Esse cenário não é novo. Desde a invasão portuguesa, nossa realidade socioambiental é de exploração dos recursos naturais e da subjugação de populações negras e indígenas, e esse legado segue visível na forma como as decisões afetam territórios rurais e urbanos. Ainda há instituições que não sabem como lidar com o racismo ambiental ou como incluir as populações negra e indígena como protagonistas das possibilidades de futuro.

O debate que ocorreu durante o Novembro Negro é essencial. Além do impacto gerado em comunidades quilombolas por instalações de parques eólicos, dentre outros empreendimentos para o avanço de matrizes energéticas renováveis, também se exclui a população negra do direito humano ao trabalho digno.

Durante a COP30, os dados apresentados pelo CEERT trouxeram um alerta. Mesmo nos setores associados às energias renováveis, mulheres negras representam apenas 7% dos vínculos formais, proporção que cai para 6,2% na geração de energia hídrica. Na energia não renovável, ainda são 10,7%. A presença indígena não passa de 0,2% a 0,4% nos segmentos analisados. Em

todos os setores, a participação de pessoas negras é inferior à sua representatividade na população e na força de trabalho.

As desigualdades salariais aprofundam o problema. Nas energias renováveis, 32,3% dos homens brancos ganham acima de cinco salários mínimos, contra apenas 7,4% das mulheres negras. Além disso, trata-se de um mercado majoritariamente masculino: 86% dos vínculos formais nas energias renováveis e 69,3% na restauração ambiental são ocupados por homens. Ainda no mês de novembro, as reflexões de gênero tomaram a Marcha das Mulheres Negras, reafirmando a potência coletiva e luta por reparação e bem viver.

Se depois de ciclos econômicos escravagistas, desde o pau brasil, a economia verde também nos excluir, será repetido o mesmo padrão de violação de direitos da população negra. Particularmente mulheres e juventudes negras, que vivem os impactos mais agudos da crise climática, sendo maioria em muitos territórios vulneráveis, precisa ser considerada com centralidade nas políticas referentes à adaptação climática. Da mesma forma, sua perspectiva para a concepção do que será a economia da sociobiodiversidade é essencial para garantir inovação, proteção dos territórios e democratização das oportunidades.

Enfrentar o racismo climático significa também assegurar participação e acesso igualitário às oportunidades da economia de baixo carbono, desde empregos verdes até decisões sobre o uso do território. Vale ressaltar que, durante a COP30, o Ministério da Educação (MEC) apresentou a Política Nacional de Educação Ambiental Escolar.

À transição energética não basta ser justa, é preciso que seja também antirracista, parafraseando Angela Davis. Afinal, não é neutra a omissão frente às desigualdades raciais retroalimentadas pelo estado de coisas inconstitucional gerado pelo racismo no país, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, uma perspectiva igualitária para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas só ocorrerá a partir da participação efetiva da população negra, para que não tenhamos novamente projetos suntuosos de desenvolvimento (agora com roupagem verde) que deixem mais de metade da população apenas com o ônus dos impactos socioambientais e da injustiça econômica.

*Daniel Bento Teixeira*  
*Diretor-executivo do CEERT*

---



## Futuro Verde:

Em um momento em que soluções para enfrentar a crise climática estão no centro das agendas políticas e econômicas, o desafio é garantir que jovens negros, frequentemente os mais afetados pelos impactos ambientais, também ocupem espaço na construção de uma economia sustentável. [Leia mais](#)

## Desigualdade no trabalho:

Embora o discurso sobre transição energética justa tenha ganhado força nas discussões nacionais, esse avanço ainda não tem sido acompanhado por mudanças efetivas na composição da força de trabalho. As desigualdades raciais e de gênero nos empregos formais se relacionam com a transição energética no Brasil. [Leia mais](#)





## Justiça climática e antirracista:

É urgente enfrentar as desigualdades estruturais que moldam a crise climática no Brasil, ressaltando o racismo ambiental. Quem mais sofre os efeitos da crise climática é quem menos contribui para que ela aconteça. Justiça climática não pode ser vista fora do antirracismo. [Leia mais](#)

## Confira outras notícias

### Marcha das Mulheres Negras:

No dia 25 de novembro, foi realizada a 2ª Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver. Mulheres quilombolas, ribeirinhas, do campo, urbanas, periféricas, acadêmicas, artistas, trabalhadoras, meninas, mães, jovens e anciãs, se reuniram em Brasília, como força de resistência ancestral. [Leia mais](#)





## Juventude negra e meio ambiente:

Estão abertas as inscrições para a chamada pública do Proseguir Colmeia: Ações Climáticas e Juventude Negra, iniciativa que apoia projetos de jovens negros e negras voltados à justiça climática, economia da sociobiodiversidade e ao futuro do trabalho no Brasil. [Leia mais](#)

## Educação antirracista:

A consolidação da Política Nacional de Equidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) tem provocado uma reorganização profunda na agenda educacional dos municípios brasileiros, exigindo preparo técnico e institucional. Nesse cenário, o curso Gestão da Educação para a Equidade Racial tem se destacado como uma referência nacional. [Leia mais](#)



## EM DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA TODAS AS CRIANÇAS E JOVENS DO BRASIL



## Nota Pública:

Em defesa do Decreto Nº 12.686/2025 pela educação inclusiva e antirracista, o movimento negro afirma que o acesso ao direito à educação de crianças negras com deficiência depende fundamentalmente da rede pública. Portanto, impedir a consolidação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva é perpetuar uma lógica racista de exclusão, afetando justamente quem mais precisa do Estado para garantir seus direitos.

[Leia mais](#)



Conheça mais sobre o CEERT [cliquando aqui](#)



Toque na estrela (★) localizada no canto superior direito deste e-mail para favoritar as mensagens da CEERT e garantir que cheguem à sua caixa de entrada.

Enviado para: [no-replay@ceert.org.br](mailto:no-replay@ceert.org.br)

[Cancelar a inscrição](#)

CEERT, 02036-022, São Paulo - SP, Brasil